

# LUTAR É PRECISO



**SINDJUS RS**  
Unir, Lutar e Vencer

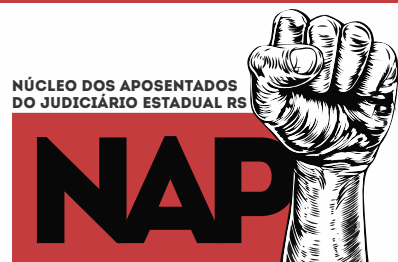
Periódico do SindjusRS - Edição 220 - 2º Semestre 2021 - [www.sindjus.com.br](http://www.sindjus.com.br)

## #OCUPABRASÍLIA A LUTA CONTRA O FIM DO SERVIÇO PÚBLICO



Como a união de centenas de sindicatos dos três entes federativos pode derrotar a PEC 32 (pág. 6)

### NAP Informa



Superendividamento precisa de atenção do TJRS

Encartado nesta edição

### A quem serve?



Série Especial aborda a destruição do Estado Brasileiro

Pág 04

### PCCS avança

**PCCS: A UM PASSO DE UMA CONQUISTA HISTÓRICA**



Projeto está pronto para ser votado em plenário.

Pág 07

## O ALERTA DOS NÚMEROS

**Seiscentos mil.** Repetindo em algoritmos, **600.000!** Esse foi o número de vidas perdidas que atingimos no Brasil em 8 de outubro de 2021 em decorrência da Covid-19. Não apenas como consequência do vírus biológico, mas também à viralidade da incompetência disseminada em dezenas de ministérios e demais setores do atual governo, em especial, no Ministério da Saúde e na indiscutivelmente incapaz presidência.

**Quatorze milhões e oitocentos mil.** No Brasil, temos hoje **14.800.000** desempregados, atingindo a taxa recorde de **14,7%** no trimestre encerrado em abril, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Trata-se da maior taxa de desemprego da história brasileira.

**Trinta e quatro milhões e setecentas mil.** São **34.700.000** pessoas relegadas à informalidade no mercado de trabalho brasileiro, chegando ao percentual alarmante de **40%** da população ocupada no país. Atrelado a isso, o aprofundamento da precarização das relações de trabalho associadas em grande parte ao advento da plataformização das estruturas laborais implementada pelas grandes empresas do ramo da tecnologia, principalmente no ramo da alimentação e transportes.

**Seiscentos e sessenta e quatro reais e sessenta e sete centavos.** O valor da cesta básica mais cara do país é gaúcho, **R\$664,67**, registrado em Porto Alegre em agosto deste ano, conforme levantamento do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). De acordo com a entidade, a cesta básica porto-alegrense custa dois terços do salário mínimo líquido, sendo que o cidadão precisa trabalhar 16 dias para adquiri-la.

**Setenta e sete por cento.** De acordo com o IBGE, o índice de inflação medido pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado nos últimos 10 anos é de **77%**. As servidoras e servidores públicos do RS estão há sete anos sem repor minimamente a inflação acumulada, que corrói nossos vencimentos há décadas. No referido período, já chegamos a 46,61% acumulado entre novembro de 2014 a agosto de 2021 (IPCA) e no acumulado histórico já ultrapassa o percentual de 200%.

A realidade é desoladora num país cujas crises políticas aprofundam as desigualdades estruturais e a falta de convergência das massas no sentido de compreender a necessidade de um governo com a pauta progressista nos

acende um grave alerta. Nesse sentido, o exercício cotidiano do sindicalismo junto à base e à sociedade em geral tem papel central na construção do futuro do nosso povo. A organização de milhares de sindicatos para barrar a PEC 32 em Brasília, a dita Reforma Administrativa, e evitar o fim dos serviços públicos, é demonstração cabal de que só a unidade da classe trabalhadora resistirá e superará o cenário de crises sistêmicas que nos assolam, muitas delas construídas justamente para destruir o estado social.

Apesar da jornada imposta pelos governos estadual e federal contra os serviços públicos e as políticas públicas, temos resistido e avançado! O estabelecimento de um plano de carreira, a equiparação do auxílio-refeição, as melhorias nas condições do auxílio-saúde recentemente implementado, a abertura dos editais de remoção, o teletrabalho e a redução de jornada, são todas pautas nas quais conseguimos avançar e/ou aprofundar debates importantes, com base na luta e trabalho contínuo da direção sindical alinhada a base. **Sigamos juntos para que consigamos consolidar nossas conquistas!**



**LUTAR É PRECISO - JORNAL DO SINDICATO DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA DO RS**

**EXPEDIENTE**

Conselho Editorial: Juliana Campani (MTB 15.501), Joice Proença (MTB 16.383) e Emanuel Dall’Bello dos Santos (Diretor de Imprensa e Divulgação)

Projeto Gráfico e Diagramação: Grupo REC Tiragem: 5.000 exemplares

**DIRETORIA EXECUTIVA:**

Coordenador-Geral: Fabiano Marranghello Zalazar | Secretária Geral: Valter Assis Macedo, Janete Togni

Secretária de Finanças e Patrimônio: Joseane Hans Bronizaki, Maria Rosa Junges

Secretária de Política e Formação Sindical: Marco Aurélio Velleda, Márcia Ferro Amaro

Secretária de Imprensa e Divulgação: Emanuel Dall’Bello dos Santos, Jesner Pias Borges

Secretária de Relações de Trabalho e Assuntos Jurídicos: Osvaldir Rodrigues da Silva, Valdir Bueira da Silva





## Sindjus quer nova regulamentação do teletrabalho na Justiça gaúcha

Sindicato está construindo diretrizes com a participação da categoria

Desde agosto, quando foi criado o GT do Teletrabalho, a direção sindical tem realizado uma série de reuniões e estudos sobre a temática, que se apresenta como um dos assuntos mais relevantes no mundo do trabalho e, em especial, no serviço público. O Grupo é composto pelo coordenador-geral do Sindjus/RS, Fabiano Zalazar, pelo diretor de Comunicação, Emanuel Dall’Bello, e pelas assessorias técnicas: jurídica, saúde do trabalhador e econômica.

O formato de teletrabalho já está em vigência na Justiça gaúcha desde dezembro de 2019, quando foi regulamentado pelo Ato-030/2019-P. A importância do distanciamento social imposta pela pandemia da Covid-19 acelerou os processos sem, no entanto, assegurar as condições adequadas aos trabalhadores e trabalhadoras. “Recebemos uma série de relatos sobre falhas e dificuldades na implantação do formato, e entendemos que é necessário reformular o Ato-030/2019-P e construir uma proposta com novas diretrizes para o teletrabalho no Judiciário estadual”, aponta Fabiano Zalazar.

Com apoio da assessoria técnica, o GT está analisando as regulamentações feitas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), experiências de outros estados e órgãos públicos e, principalmente, convocando a base sindical para debater o tema. “Os avanços tecnológicos são importantes, mas precisamos que a implantação do formato de trabalho remoto considere as condições laborais adequadas e a qualidade de vida das trabalhadoras e trabalhadores”, afirma Emanuel Dall’Bello.

Um dos pontos já analisados que explicitam a importância da reformulação do Ato-030/2019-P é o fato da regulamentação não atender os parâmetros básicos, pois estabelece produtividade maior nesse formato, não fornece equipamentos adequados e ainda determina um formato híbrido. Entre as questões apontadas, já foram identificadas a necessidade de cursos de treinamento, simulação e aperfeiçoamento, fóruns de debate e suporte técnico de informática.

### Construção com a base

A proposta do Sindjus/RS é elaborar um documento técnico e qualificado para propor o aperfeiçoamento do teletrabalho no Comitê do TJRS que trata do tema. É com esse propósito que o sindicato tem promovido diversas ações para dialogar e receber sugestões da categoria.

No último dia 30 de setembro, a reunião foi com o Grupo de Trabalho dos Oficiais Escreventes (GTOE), em que foram feitos apontamentos como metas excessivas e inalcançáveis, dificuldades em relação aos sistemas e falhas no suporte, equipamentos e estrutura de

trabalho inadequados, bem como cobranças fora do turno de trabalho e relatos de assédio moral. No dia 6 de outubro, o Sindjus também realizou

UMA LIVE.



Na ocasião, Arthur Lobato, que é especialista no tema, apontou:

“Quando a gente fala de teletrabalho se trata de um novo conceito e um novo processo cognitivo, mas que tem como foco principal regulamentar e garantir os direitos do teletrabalhador”

Em breve será realizada uma reunião ampliada, para a qual todos os trabalhadores e trabalhadoras da Justiça gaúcha estarão convidados a participar e trazer suas contribuições.



*O Sindjus inicia nesta edição do Lutar É Preciso a repercussão da série de reportagens Brasil por um fio, organizada pela diretoria de Comunicação, inicialmente publicada no site do sindicato. Em quatro matérias, buscamos abordar o processo de destruição do Estado Brasileiro, apontando os métodos e consequências deste projeto de Estado mínimo promovido a partir do Golpe de 2016. Na primeira da série, abordamos um dos principais eixos da destruição do Estado: as privatizações.*

## PRECARIZAÇÃO E INVERSÃO DE PRIORIDADES:

### Os efeitos colaterais das privatizações

Um dos principais eixos da política econômica do governo Bolsonaro, capitaneada pelo ministro Paulo Guedes, a pauta da privatização de estatais avança em velocidade expressiva mesmo com a necessidade de priorizar temas urgentes, como a busca de soluções para conter os efeitos negativos da pandemia sobre a população brasileira.

A situação ficou mais nítida no Brasil com a pandemia da Covid-19, as medidas de austeridade e os cortes em recursos, parte da estratégia entreguista do modelo neoliberal adotado pelo atual governo, que expuseram a gravidade da crise principalmente na saúde e colocaram em risco o atendimento à população e a aquisição de vacinas.

Recentemente aprovada pela Câmara dos Deputados, a privatização da Eletrobrás representa a amplitude do significado da expressão criada pelo ex-ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles; a toque de caixa, o governo federal aproveitasse da crise sanitária para “passar a boiada” e avança vários pontos na agenda neoliberal para encolher o Estado brasileiro.

O desmonte segue com a venda da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, cujas condições foram expressas com desdém pela pasta responsável pela desestatização. Segundo a secretária de Privatizações do ministério, Martha Seillier, os Correios devem ir a leilão por um “valorzinho”, uma quantia simbólica, sem objetivo de fazer caixa para o governo. Crítico ferrenho do gasto público, o ministro da Economia emplaca mais uma vitória no campo da desestruturação das funções públicas de Estado.

Em **nota técnica**, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) aponta os elementos que permitem constatar que a privatização da empresa é um “péssimo negócio para o país”. Entre outros aspectos, destaca-se o fato de que a proposta do governo “abre para a iniciativa privada inclusive a exploração de serviços postais básicos e outros serviços de extrema relevância social, que não deveriam ter fins lucrativos, posto se tratem de direitos fundamentais para garantia de cidadania, soberania nacional e integridade territorial”.

Este é o argumento central que sustenta a defesa dos serviços públicos. A entrega de funções públicas para a exploração pela iniciativa privada gera inversão de finalidades e prioridades, na medida em transformar prestação de serviço em atividade econômica abre caminho para a contaminação do funcionamento das estruturas pela lógica do mercado.

## Rio Grande na rota da destruição

No RS, através de leilão realizado em março deste ano, a entrega da CEEE para uma empresa estrangeira (a Equatorial Energia) foi objeto de enfrentamento e intensa discussão. O principal temor é a queda na qualidade do serviço e a ocorrência de apagões, a exemplo do que aconteceu no estado do Amapá após a privatização da estatal energética.

Na Assembleia Legislativa, a base de apoio de Eduardo Leite operou ativamente em favor da proposta do governo de desestatização da Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan) e conseguiu aprovar no dia 31 de agosto o projeto de lei que autoriza a desestatização. Ao acelerar o processo, o governador descumpriu uma promessa de campanha e contrariou interesses dos prefeitos, que pediam mais tempo para debater a questão. A oposição tentou manter a garantia de exigência de plebiscito para que a população gaúcha decidisse sobre o futuro da Companhia e buscou dialogar com as prefeituras, a fim de analisar as especificidades de cada região, diante da disparidade de condições estruturais e orçamentárias.

Em Porto Alegre, o serviço de transporte público, que já foi considerado o melhor do país entre as capitais, atualmente tem grande parte do atendimento prestado por empresas privadas. A única companhia pública, a Carris, que já recebeu reconhecimento nacional como modelo de gestão, virou o principal alvo do prefeito Sebastião Melo (MDB). A iniciativa de privatizar a empresa pública de transporte remonta a gestões anteriores, mas ganhou destaque no mandato do emedebista; mesmo com a forte mobilização dos trabalhadores da companhia contra o processo, a base aliada de Melo aprovou na Câmara a venda da Carris.



**Na próxima reportagem da série Brasil por um fio, discorreremos sobre as reformas e como esse discurso tem afetado a vida da população e colaborado para a destruição do Estado brasileiro.**

Texto: Juliana Campani e Joice Proença

## NA CONTRAMÃO DO MUNDO

Esta onda de privatizações contraria a tendência mundial, que é de reestatização e remunicipalização de empresas vendidas, medida adotada em diversos países, principalmente na Europa. Segundo dados disponibilizados no livro **O futuro é público**, publicado em 2020 pelo Transnational Institute (TNI), sediado na Holanda, nos últimos anos foram identificados mais de 1.400 casos bem-sucedidos de remunicipalização em mais de 2.400 cidades em 58 países em todo o mundo (veja alguns exemplos abaixo). A principal justificativa para a reversão das privatizações é em geral a piora na qualidade dos serviços prestados e o aumento nas taxas cobradas.

Entre os casos de reestatização, os mais frequentes estão relacionados aos serviços básicos de água e energia. O fato deixa nítido que o RS está indo na contramão da história ao se desfazer da CEEE e agora, mais recentemente, ao privatizar o saneamento básico.

Segundo informações da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (Assemae), o Brasil já é vice-líder mundial em reestatização da água. Em Tocantins, a privatização de serviços de água e esgoto fez as tarifas de localidades menores aumentarem de forma excessiva. Além disso, não houve comprometimento com a melhoria da qualidade ou com a universalização do acesso aos serviços, o que levou à reversão de privatizações em 77 municípios do estado.

Manaus, que privatizou o setor de águas e saneamento há mais de duas décadas, tem hoje apenas cerca de 12,5% do esgoto coletado na cidade e aproximadamente 600 mil pessoas, parcela que corresponde a 27% da população da capital amazonense, não têm acesso à água tratada (dados da Associação Brasileira de Empresas Estaduais de Saneamento).

**Inglaterra:** Alguns casos foram identificados na Inglaterra a partir de 2015. A criação de empresas municipais está auxiliando a levar energia para populações mais vulneráveis e ainda desenvolver novas matrizes energéticas

**Nottingham:** Em 2015, a Câmara Municipal criou uma empresa para atender a população de baixa renda da cidade. Com o lema “Sem acionistas privados. Sem gratificações para administradores. Apenas preços claros e transparentes”, a Robin Hood Energy oferece as tarifas mais baixas do Reino Unido. A proposta deu certo, e a empresa começou formar parcerias com outras cidades: em Leeds (2016), Bradford e Doncaster (2017).

**Bristol:** Também em 2015, a cidade criou a própria empresa municipal de energia a Bristol Energy, que aposta em energias renováveis e em programas de eficiência energética.

**Barcelona:** Considerada como uma das cidades da Europa com melhor qualidade de vida, a administração pública da cidade catalã iniciou em 2015 diversas ações de remunicipalização e criação de novas empresas públicas.

Os exemplos são fartos e deixam claro que a entrega de atividades essenciais para exploração pela iniciativa privada só atende de forma satisfatória a interesses econômicos. A lógica de mercado não contempla a redução das desigualdades no país e a população sempre sai no prejuízo.

Um grande movimento nacional, formado por diversas entidades representativas do funcionalismo público, promoveu uma ocupação da capital federal nos meses de setembro e outubro para enfrentar a PEC 32, da Reforma Administrativa. Durante este período, servidores e servidoras de várias partes do país realizaram protestos e acompanharam os trabalhos legislativos da Câmara dos Deputados, onde tramita a proposta que visa desestruturar as carreiras públicas.

Lideranças sindicais dos trabalhadores da Justiça estadual revezaram-se ao longo das semanas para marcar a presença da categoria. Dirigentes do Sindjus participaram da mobilização, estiveram nas reuniões da Comissão Especial que trata do tema e dialogaram com parlamentares para pressionar pela rejeição à proposta. O diretor de comunicação do Sindjus e Coordenador da Fenajud na região Sul, Emanuel Dall’Bello, esteve em Brasília durante duas semanas e avalia como “heróica” a mobilização do serviço público contra a PEC.



“ Mesmo com todas as dificuldades da conjuntura de pandemia e de um governo determinado a sufocar movimentos populares, fizemos uma grande mobilização. Essas ações mostram que a luta sindical ainda tem grande força e pode protagonizar ações decisivas para mudar o curso da história.”

Emanuel Dall’Bello, Diretor de Imprensa e Divulgação

Participe da luta contra a PEC 32: Filie-se!

# PCCS: A UM PASSO DE UMA CONQUISTA HISTÓRICA



*Projeto do plano de carreira da Justiça Estadual está pronto para ser votado em plenário. Expectativa é de que seja aprovado ainda neste mês*

Nos próximos dias, os servidores e as servidoras da Justiça Estadual do Rio Grande do Sul viverão sob a expectativa da aprovação do Plano de Carreira, Cargos e Salários – PCCS. O PL 147, que trata do tema na Assembleia Legislativa (ALRS), está apto à votação em plenário e entrou na ordem do dia das próximas sessões legislativas.

A tramitação bem sucedida do projeto, com aprovações unânimes na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e Comissão de Segurança e Serviços Públicos (CSSP), aponta para um desfecho vitorioso, com apoio da maioria dos deputados e deputadas estaduais.

“Temos conversado dia a dia com os parlamentares, e o que se vê é a compreensão da necessidade de aprovação do projeto. Foi um texto construído após muitos debates e ajustes entre a categoria e a administração do TJRS, apesar das dificuldades legislativas e conjunturais da pandemia, trazendo importantes avanços. Aprová-lo significa garantir maior eficiência aos serviços prestados à sociedade” – avalia Fabiano Zalazar, coordenador-geral do SindjusRS.



Apesar do cenário aparentemente tranquilo, a direção do sindicato não tem dado trégua na busca por apoio e votos favoráveis ao PL 147. Desde maio deste ano, quando o projeto foi protocolado na ALRS, os diretores fazem visitas a gabinetes, reuniões e encontros com deputados e suas assessorias para defender o plano de carreira, esclarecendo dúvidas e apontando os benefícios para a sociedade caso a proposta se torne lei. O SindjusRS também reforçou a mobilização da categoria para que, nesta reta final da tramitação, os servidores demonstrem sua força e unidade na luta, assim como fizeram na derrota do PL 93 no final de outubro de 2019.

O projeto está pronto para ser votado em plenário. No entanto, há mais de 10 projetos aguardando para serem apreciados, antes do nosso plano de carreira. Para agilizar essa tramitação interna, o SindjusRS está intensificando a mobilização junto aos deputados líderes de bancada, para adiantar o PL 147 na ordem do debate. A próxima reunião da mesa de líderes deve ocorrer na terceira semana de outubro.

Se o PL 147 for aprovado em breve, há boas chances de se tornar lei até o final deste ano. Se obtiver o voto favorável por maioria simples em plenário, o projeto será encaminhado à sanção ou veto para o governador Eduardo Leite, no prazo de até quinze dias.

# INFORME JURÍDICO

## Ainda há prazo para buscar a restituição do Imposto de Renda

Os servidores e servidoras que receberam parceladamente os valores da URV tiveram excessivo desconto do Imposto de Renda. Desta forma, informamos que ainda há prazo para buscar a restituição do imposto com base na decisão obtida em ação coletiva do Sindicato.

## Lei Mansuetto e a Contagem do Tempo de Serviço até 31.12.2021

A Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, suspendeu a contagem de tempo de serviço para aquisição de vantagens temporais no período compreendido entre 28.05.2020 e 31.12.2021. Embora existam Ações Diretas de Inconstitucionalidade tramitando no STF (6442, 6447, 6450 e 6525),

entendemos que há peculiaridades na nossa legislação que não permitem essa restrição, por isso foi ajuizada a Ação Civil Pública nº 5009039-39.2021.8.21.0001, em favor de todos os associados. O processo tramita na 7ª Vara da Fazenda Pública de Porto Alegre e encontra-se na fase de instrução.

Mais informações com a COP Advogados: [cop@copadvogados.com.br](mailto:cop@copadvogados.com.br) ou (51) 3212.7877

## FAZENDO ESCOLA

*O Sindjus/RS integra o Centro de Estudos e Pesquisas em Trabalho Público e Sindicalismo – Fazendo Escola, entidade que busca, por meio da organização sindical, aprofundar estudos sobre as questões relacionadas à classe trabalhadora e realizar a formação sindical dos servidores do Judiciário para despertar e fortalecer a consciência de classe e a organização. Confira as informações das próximas atividades:*

### Formação

O Fazendo Escola promove no dia 20 de outubro o seminário "A pandemia e o mundo do trabalho: tecnologias e trabalho", em parceria com o Laboratório de Sociologia do Trabalho (LASTRO), vinculado à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

O diretor de Comunicação do Sindjus/RS e coordenador da Regional Sul da Fenajud, Emanuel Dall'Bel, será o mediador do primeiro seminário, que vai debater o uso das tecnologias durante a pandemia e seus efeitos sobre o ambiente de trabalho. A atividade do dia 20 de outubro (quarta-feira), às 18h30, com transmissão nos canais do YouTube "Fazendo Escola" e do Laboratório de Sociologia do Trabalho/UFSC.

O seminário "A pandemia e o mundo do trabalho: tecnologias e trabalho" é o primeiro evento do Ciclo de Seminários "O Futuro do Trabalho: Perspectivas Latino-Americanas", composto por seis seminários gratuitos e abertos a toda a comunidade. Terão direito a certificado (12h de formação), emitido pela UFSC, as pessoas que participarem de pelo menos cinco eventos.

Formulário para inscrições e link da programação completa na página do evento:

<https://futurodotrabalho.ufsc.br>

Apoio: Sindjus/RS e Sindicatos dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal e Estadual do Estado de Santa Catarina (SINTRAJUSC e SINJUSC).

### Pesquisa em saúde abrange estados da Região Sul

O Fazendo Escola está lançando uma pesquisa em saúde com foco nos impactos psicossociais do trabalho não presencial durante a pandemia. O estudo será desenvolvido em parceria com o Núcleo de Estudos de Processos Psicossociais e de Saúde nas Organizações e no Trabalho (NEPOT) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e abrange os três Estados do Sul do país.

A pesquisa organizada pelo Sinjusc será aplicada também pelo Sindjus/RS, Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina (Sintrajusc) e Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná (Sindjus/PR).

Os coordenadores do projeto são pesquisadores da área organizacional e do trabalho, especialmente da saúde do trabalhador. O estudo será dividido em duas partes: a primeira, quantitativa, será realizada por meio de questionário demográfico para a identificação da amostra, bem como de questionários de autorrelato dos construtos investigados, tais como adaptação ao teletrabalho, suporte social, suporte organizacional e saúde mental. A segunda, qualitativa, com a organização de grupos focais com a realização de pesquisas por meio de interações grupais.



## DEMOCRACIA SINDICAL: PARTICIPE DA CONSTRUÇÃO DAS LUTAS!

Atualmente, o Sindjus/RS conta com cinco espaços construídos com protagonismo e autonomia de atuação dos servidores. Participe!

Grupo de Trabalho de Assistentes Sociais (GTASS)	<a href="mailto:gtass@sindjus.com">gtass@sindjus.com</a>
Grupo de Trabalho dos Oficiais Escreventes (GTOE)	<a href="mailto:gtoe@sindjus.com">gtoe@sindjus.com</a>
Coletivo Diversa	<a href="mailto:diversa@sindjus.com.br">diversa@sindjus.com.br</a>
Coletivo de Igualdade Racial do Sindjus (CIRS)	<a href="mailto:igualdaderacial@sindjus.com.br">igualdaderacial@sindjus.com.br</a>
Coletivo de Mulheres Não Me Calo	<a href="mailto:naomecalo@sindjus.com.br">naomecalo@sindjus.com.br</a>

## CONVOCAÇÃO: ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Sindjus/RS convoca toda a base sindical para **Assembleia Geral Extraordinária (AGE)** com pauta única: **reforma estatutária** para contemplar eleições por meio eletrônico e autorizar instâncias deliberativas virtuais. **A AGE será realizada pela plataforma Zoom.**

A pandemia, que impôs dificuldades, também aproximou todos do mundo virtual, demonstrando que a tecnologia pode ser nossa aliada em vários aspectos, inclusive para a realização da eleição para direção do Sindicato e demais deliberações. Tal formato permitiria uma participação ainda maior da base na dinâmica sindical.

**Data: 22 de outubro de 2021 (sexta-feira)**  
**Horário: 9h (1ª cham.) e 9h15 (2ª cham.)**

